

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
DOCTRINA	
Casuísmo legislativo e violação ao princípio da proporcionalidade: a inconstitucionalidade do preceito secundário do parágrafo único do art. 1º da Lei 8.137/90 <i>Legislative casuism and the proportionality rule's breach: the secondary precept of the criminal offence defined by article 1, sole paragraph of Law 8,137/90's inconstitutionality</i> SEBÁSTIAN BORGES DE ALBUQUERQUE MELLO, CAIO MOUSINHO HITA e PRISCILA MATOS VIEIRA GORDILHO	15
Dos créditos de PIS e Cofins sob um enfoque ainda não enfrentado pelo Superior Tribunal de Justiça <i>PIS and Cofins credits under an approach not yet faced by the Superior Court of Justice</i> EDILSON JAIR CASAGRANDE e JUAREZ CASAGRANDE	39
Definição conotativa: há definição conotativa de "ordem pública" em direito tributário? <i>Connotative definition: is there a connotative definition of "public order" in tax law?</i> TIAGO CLEMENTE SOUZA e HUGO ALBUQUERQUE LAIOLA DA SILVA.....	63
A definição do conceito de <i>valores jurídicos abstratos</i> como hipótese normativa para o artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro <i>The definition of the concept of abstract legal values as a normative hypothesis for article 20 of the Law of Introduction to the Norms of Brazilian Law</i> ANDRÉ LUIZ FIGUEIREDO ROSA e LUCIANO CÉZAR VERNALHA GUIMARÃES.....	81
Desconsiderar atos ou negócios, estender a responsabilidade e a intervenção estatal na atividade privada: a decisão do STF na ADI 2.446 <i>Disregarding acts or business, extending state responsibility and intervention in private activity: the STF decision in ADI 2,446</i> FÁBIO ROBERTO BARROS MELLO	103

O desembaraço aduaneiro manual como ato de homologação do lançamento tributário na importação

The manual customs clearance as a ratification act of tax assessment on importation

THÁLIS ANDRADE 123

Embargos à execução fiscal e compensação tributária: os efeitos do não conhecimento da divergência de interpretação dada à tese firmada no julgamento do Tema 294/STJ

Motion to stay tax foreclosure and tax offset: the effects of not hearing the divergence in interpretation concerning the theory settled in the judgement of Matter no. 294/Superior Court of Justice

CATIANI ROSSI e ÍRIS VÂNIA SANTOS ROSA 151

A imunidade do ITBI na integralização de imóveis em realização de capital social

Immunity of ITBI (Municipal Brazilian Real Estate Conveyance Tax) in the payment of capital

THIAGO BOSCOLI FERREIRA e JOSÉ MAURO OLIVEIRA JUNIOR 169

IPTU – Progressivo (art. 182, § 4º, II, da CF): tributo ou sanção?

Progressive – IPTU (art. 182, § 4º, II, CF): tax or sanction?

RODRIGO DALLA PRIA e VIVIANE VIEIRA DOS SANTOS 187

Limite de alçada no contencioso administrativo tributário para acesso ao CARF, TIT e CMT e suas possíveis violações às garantias constitucionais

Limits of jurisdiction in tax administrative litigation to send the appeal to CARF, TIT and CMT and its possible violations of constitutional guarantees

BRUNO ROMANO e RAFAEL PINHEIRO LUCAS RISTOW 219

Questões controvertidas envolvendo a incidência do Imposto de Renda sobre operações com criptomoedas

Controversial questions concerning the levy of Income Tax in cryptocurrency's transactions

RAMON TOMAZELA SANTOS e CARLOS HENRIQUE CROSARA DELGADO 239

Responsabilidade da fonte pagadora no Imposto de Renda Retido na Fonte em caso de pagamento sem causa

Responsibility of the paying source in the withholding income tax in case of payment without cause

ELISBERG FRANCISCO BESSA LIMA e JEFFERSON DE PAULA VIANA FILHO 273

Tributação de criptoativos no Brasil: aspectos regulatórios à luz do parecer normativo da CVM 40/2022 e do novo Marco Legal da Lei Federal 14.478/2022

Taxation of crypto-assets in Brazil: regulatory aspects in the light of CVM regulatory opinion 40/2022 and the new Legal Framework of Federal Law 14,478/2022

ARTUR BARBOSA DA SILVEIRA..... 289

Arbitragem em matéria tributária como instrumento concretizador do princípio da livre-concorrência no Brasil à luz da Constituição de 1988

The arbitration in tax disputes as an instrument for the concretization of the free competition principle in Brazil under the Constitution of 1988

MATHEUS JERUEL FERNANDES CATÃO 309

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

É inconstitucional norma que prevê a incidência do IR sobre pensões alimentícias, uma vez que os valores não constituem acréscimo patrimonial

WANESSA FELIX FAVARO..... 329

Incidência de imposto de renda e CSLL sobre a taxa Selic na devolução de tributos pagos indevidamente é inconstitucional, sendo tema fixado em sede de repercussão geral

MARCOS CUNHA LIMA ROSADO BATISTA 336

PARECER

O conflito de competência entre a Suframa e a Receita Federal do Brasil para analisar os incentivos fiscais na zona franca de Manaus

The competence conflict between Suframa and Receita Federal do Brasil to analyze tax incentives in the Manaus free zone

FÁBIO PALLARETTI CALCINI, LAÉCIO PEREIRA MINEIRO e JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA..... 343

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA... 369